


DINÂMICA ECONÔMICA MUNICIPAL NORDESTINA E O CONTEXTO DEMOCRÁTICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O MERCADO ELEITORAL

William Gledson e Silva

Graduado e mestre em Economia. Doutor e pós-doutor em Ciências Sociais pela UFRN.

Professor adjunto IV do Departamento de Economia da Uern/Assu.

E-mail: williangledson@gmail.com


 <https://orcid.org/0000-0003-0552-202X>

Francisco Danilo da Silva Ferreira

Graduado em Economia pela Uern, mestre em Economia pela UFRN e doutor em

Economia pela UFPB. Professor adjunto II do Departamento de Economia da Uern/Assu.

E-mail: ffdanilloferreira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8412-7540>

Como citar este artigo: Silva, W. G. e, & Ferreira, F. D. da S. (2024). Dinâmica econômica municipal nordestina e o contexto democrático: uma análise a partir do Programa Bolsa Família e o mercado eleitoral. *Revista de Economia Mackenzie*, 21(1), 12–31. doi: 10.5935/1808-2785/rem.v21n1p.12-31

Recebido em: 13/7/2023

Aprovado em: 19/3/2024



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar o comportamento da dinâmica econômica municipal nordestina explicitada no Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao volume do Programa Bolsa Família (PBF) destinado a cada ente, a proporção obtida dos Votos pelo Prefeito Eleito (VPE) diante do conjunto de votantes participantes do pleito no local e a Coligação Partidária do Prefeito Eleito (CPPE) estabelecida ou não com o governador estadual, partindo de variáveis *per capita*, nos períodos de 2004, 2008, 2012 e 2016. Metodologicamente, usou-se a mensuração dos resultados da pesquisa pelo modelo de regressão quantílica para os dados em painel. Os resultados mostraram que o PIB respondeu positivamente ao PBF e negativamente na maioria dos municípios ao VPE, e que o CPPE não trouxe impactos favoráveis sobre a economia municipal nordestina.

Palavras-chave: Dinâmica econômica; Bolsa Família; mercado eleitoral; municípios nordestinos; Regressão Quantílica.

Classificação JEL: I30, H10, C21.

INTRODUÇÃO

Admitir o aspecto democrático, a bem da verdade, preconiza traduzir alguns elementos sintomáticos no Brasil. Mais particularmente, a região Nordeste evidencia tais minúcias, cuja preocupação é vislumbrar vestígios capazes do estabelecimento de uma relação política, econômica e social, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) uma destacada face da política social desenvolvida no país.

O Programa Bolsa Família, por sua vez e na leitura de Moraes e Machado (2017), aponta que tal ação governamental constitui uma das mais importantes políticas de transferência de renda preconizada pela instância governamental em âmbito nacional aos agentes econômicos, sendo uma prerrogativa capaz de gerar efeitos positivos sobre a superação da pobreza, além de viabilizar um contexto de articulação federativa entre os diferentes entes brasileiros.

Já Rocha et al. (2018) mostram que o Bolsa Família, via de regra, explicita-se como o grande mecanismo de transferência de renda, assinalando haver maiores impactos sobre um par de itens, a saber, o consumo de alimentos e a moradia. Esses geram reverberações assimétricas, o primeiro negativamente e

o segundo positivamente, reservando às mulheres provedoras dos domicílios incrementos na renda doméstica.

Paralelamente a tais contornos, Miguel (2005) desenvolve uma espécie de mapeamento de diversos modelos teóricos de democracia, acentuando a importância das mencionadas escolas enquanto aportes explicativos aos diferentes tipos democráticos espalhados mundo afora atualmente, além de especificar quão abrangentes tais elementos teóricos se conformam, sendo a este estudo relevante ressaltar o modelo Schumpeter/Dahl associado ao liberal-pluralismo.

Torna-se central enfatizar, todavia, que os autores combinados no texto de Miguel (2005) permitem perceber o denominado mercado eleitoral de significativa importância na compreensão dos movimentos políticos, pois tal comportamento destacado pela perspectiva supracitada viabiliza aferir, ao menos aproximadamente, as preferências do eleitorado na escolha das políticas expressas no Bolsa Família repousantes, especialmente no Nordeste.

Assim, Schumpeter (1961) propõe haver uma democracia concorrencial, cujos eleitores optam pela escolha de representantes, caso esse seja bastante comum nas diversas democracias, tendo como um interessante aspecto predito pelo autor a ocorrência da persuasão do líder ou grupo escolhido presente no poder diante das massas, possibilitando proceder traços de controle das preferências dos eleitores.

Em acréscimo a tais apontamentos, Mills (1981) desenvolve uma análise acerca da centralização do poder em torno das elites, as quais se situam em lideranças posicionadas nas grandes instituições sociais, políticas e econômicas, acentuando relacionamentos assimétricos na sociedade enquanto distribuição do poder entre os agentes envolvidos na estrutura capitalista associada aos traços aqui considerados.

Com efeito, Miguel (2005), Lopreato (2007) e Bachrach e Baratz (2011), explicitamente, apontam ser bastante importante o chamado poder de agenda, quer dizer, as políticas públicas devem assumir uma determinada posição em termos de prioridade, em relação à qual a percepção de Schumpeter (1961) prevê que o líder ou grupo no poder estabelece a ordem das ações governamentais, sendo tais minúcias provenientes do modelo democrático mencionado.

Dahl (2005) assevera que os regimes democráticos perpassam por um terreno cujos extremos se conformam na hegemonia fechada e diametralmente oposta à poliarquia, em que o trânsito a tais extremidades do espectro preconiza

assumir maior ou menor participação popular no âmbito governamental, sublinhando nuances teóricas relevantes ao esperado no artigo.

Uma restante sinalização, peculiarmente, procede da recuperação da ideia de diferenciação regional no Nordeste brasileiro, a qual reproduz uma assimetria interespaçial flagrante, com áreas mais dinâmicas economicamente convivendo com outras relativamente mais atrasadas, demonstrando um caráter capaz de fazer convergir traços democráticos e os sobressaltos econômicos em escala regional, conforme evidências provenientes das distinções fiscais, municipalmente, nos estudos de Silva (2009), Silva et al. (2011) e Luna et al. (2017).

Nesse sentido, os elementos sumários evidenciados possibilitam destacar que os municípios nordestinos brasileiros possuem níveis de dinamicidade econômica nitidamente distintos, havendo fatores como o PBF e as preferências do eleitorado (mercado eleitoral no interior do modelo democrático) enquanto corolários capazes de explicar o ritmo da atividade produtiva da economia em nível municipal.

A hipótese do estudo sublinha que o PBF gera repercussões favoráveis sobre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* na porção espacial aqui selecionada e, inversamente, o mercado eleitoral proporciona efeitos implausíveis repousantes na dinâmica econômica municipal nordestina, reservando ao fato das coligações partidárias, igualmente, a reverberação de influências negativas sobre o PIB *per capita* nos entes considerados.

Os objetivos da pesquisa, na verdade, preconizam analisar o comportamento da dinâmica econômica municipal nordestina manifesta no PIB perante o volume do PBF destinado a cada ente, bem como a proporção obtida dos Votos pelo Prefeito Eleito (VPE) diante do conjunto de votantes participantes do pleito no local e a Coligação Partidária do Prefeito Eleito (CPPE) que é estabelecida ou não com o governador estadual, partindo de variáveis *per capita* nos anos de 2004, 2008, 2012 e 2016.

Este estudo se encontra dividido em mais quatro seções além da introdução. A seguir, são desenvolvidas algumas explicitações da teoria democrática e sua ligação com o PBF regionalmente; após, devem ser descritos os procedimentos metodológicos; na sequência, a análise dos resultados é esmiuçada, reservando ao último item exprimir as considerações finais.

1

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DEMOCRACIA E A IMPORTÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA NO PLANO REGIONAL NORDESTINO BRASILEIRO

Esta seção, via de regra, almeja apresentar um panorama sumário dos principais aspectos teóricos acerca da ideia de democracia, admitindo uma leitura compatível às percepções do modelo Schumpeter/Dahl, sinalizando haver contornos capazes de vincular tais traços conceituais e a compreensão de diferenciação regional a que o Nordeste é constituído, além de assumir o PBF como significativo elemento de redução das diferenças interesaciais a partir de deferências advindas da literatura.

Inicialmente, é importante mencionar Bobbio (1986) enquanto teórico da ideia de democracia, cuja preocupação central perpassa pela prerrogativa de asseverar ser a democracia associada ao aspecto liberal. Em outras palavras, a estrutura de Estado democrático corresponde a uma relação diretamente proporcional às liberdades individuais, sendo incompatível combinar traços estatais não democráticos e liberdades individuais e vice-versa.

Nessas circunstâncias, Miguel (2005) discute, ainda que sumariamente, a escola liberal-pluralista consistente com a reunião de determinados aspectos democráticos, em que Schumpeter apresenta em sua teoria a ideia de manipulação das massas por meio das elites, pois as maiorias revelam preferências eleitorais bastante mutáveis mediante os discursos perpetrados socialmente pelos atores políticos, claramente àqueles vencedores do processo concorrencial eleitoral.

O modelo de Schumpeter (1961), dentre tantos aspectos, possibilita vislumbrar na chamada teoria das elites a capacidade de minorias determinarem os rumos políticos firmados nas próprias decisões enquanto escolhas das elites em engendrar tipificações de políticas, fazendo com que as massas modifiquem, oportunamente, suas preferências conforme interesses dos grupos instituídos no governo.

Com efeito, o autor supracitado, na verdade, procura demonstrar, pelo menos parcialmente, que as elites (líder ou grupo investido de autoridade legítima), conforme a leitura weberiana de Castelo Branco (2016), definem os encaminhamentos governamentais do ponto de vista do processo decisório, isto é, as decisões decorrem das minorias e não das maiorias, sendo essas

persuadidas nas suas preferências individuais e, portanto, alcançando níveis agregados.

Dito isso, Miguel (2005), Lopreato (2007) e Bachrach e Baratz (2011), especialmente, fazem alusão ao chamado poder de agenda, consistente com a capacidade de as elites implementarem uma espécie de ordenamento das prioridades dos agentes investidos de autoridade legítima, preconizando que tais atores minoritários são dotados do poder de incluir ou remover da agenda governamental matérias favoráveis ou incompatíveis aos interesses do grupo.

Entretanto, Dahl (2005) traz um binômio bastante caro para o liberal-pluralismo, o qual corresponde à ideia de inclusividade e liberalização, em que se relacionam com a participação e capacidade de contestação individuais, respectivamente, cujo regime democrático da poliarquia ressalta a maior participação popular na arena política, sendo o limite de atuação das camadas menos favorecidas socialmente, economicamente e politicamente.

Assim, a leitura supracitada preconiza que há espectros antagônicos em termos de regimes políticos. Em uma extremidade, a hegemonia fechada e, no limite contrário, a poliarquia, cujo grau de participação popular é quando mais próximo da poliarquia se encontra o modelo democrático, permitindo presumir que a representatividade política liberal-pluralista faz aludir, precisamente, quão relevantes se conformam as preferências eleitorais.

Nesse sentido, a perspectiva de Mills (1981) reforça a prerrogativa do poder das elites, permitindo estabelecer uma relação importante consistente com a existência de agentes postados em posições de destaque nos diversos tipos de instituições nos âmbitos social, político e econômico, compatibilizando com a leitura de Schumpeter (1961), capaz de asseverar líderes passíveis de persuadir as massas no contexto democrático.

De fato, Bachrach e Baratz (2011) realizam uma crítica teórica ao liberal-pluralismo tradicional, quer dizer, a leitura política não se restringe àquela simples capacidade das elites em determinar as prioridades de políticas repousantes sobre os grupos de interesses, ao contrário, o controle dos valores sociais no sentido de haver reverberações indesejadas para os mencionados grupos é a face implícita do poder.

Os autores antes apontados, a rigor, permitem perceber que a presença de grupos políticos no poder concebe elementos compatíveis ao descrito por Dahl (2005), em que esse último trata de discorrer, entre outros aspectos, sobre a relação circunstancial da oposição, ponderando o custo de conservar

ou não a oposição e da tolerância a essa dispensada, assinalando os traços de maior importância ao aqui esperado.

Tendo em vista a discussão sumária dos elementos teóricos da democracia, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o PBF em termos regionais distintos, quer dizer, estudos como os de Moraes e Machado (2017) e de Rocha et al. (2018) revelam a importância do Bolsa Família no Brasil para gerar repercussões favoráveis sobre a dinamicidade econômica, particularmente na inter-relação de eventos capazes de suscitar efeitos positivos no sentido do aumento nos níveis de emprego e renda.

Acentuando o antes exposto, Bresser-Pereira (2003), Barbosa (2015) e Nassif (2015), especialmente, apontam que a atuação governamental por meio da aplicação das políticas econômicas sobre o natural movimento da economia, a rigor, preconiza haver reverberações plausíveis no ritmo da atividade produtiva, gerando pelo efeito multiplicador keynesiano o reforço plausível inicial da intervenção do setor público.

Os autores supracitados, especificamente, permitem sublinhar que a atuação governamental no sentido da geração de repercussões positivas na economia, precisamente pela geração de emprego e renda, possibilita aceitar tal prerrogativa no plano municipal, ainda mais quando o quadro de referência repousa nos entes municipais nordestinos brasileiros, os quais são compreendidos por Silva (2009) como dependentes fiscalmente, aspecto compatível ao suposto neste artigo.

Assim, Silva et al. (2011), Araújo (2017) e Luna et al. (2017), a bem da verdade, permitem observar, mediante seus testes empíricos, haver significativas diferenças regionais no Nordeste, admitindo ocorrer distinções na arrecadação própria, graus bastante discrepantes em termos da dependência fiscal regionalmente, além de uma heterogeneidade substancial nos padrões de dinamicidade econômica, convergindo à necessária participação efetiva do setor público no local pelas políticas, sobretudo sociais.

Com efeito, Ávila (2013) tece algumas considerações acerca do Bolsa Família, cuja preocupação da autora é destacar elementos para além do escopo objetivo da política. Ainda que aceite ser o PBF a maior política social brasileira na perspectiva das transferências de renda, ela sustenta que há traços metodológicos capazes de fornecer determinados apontamentos escondidos nos dados oficiais, ampliando as nuances a serem admitidas.

Para tanto, a leitura da autora supracitada, categoricamente, permite construir variáveis ao terreno metodológico no sentido de tentar captar determina-

dos contextos políticos passíveis de serem modelados. No entanto, é pertinente trazer para a arena das discussões os enfatizados elementos não tão objetivos e ausentes dos bancos oficiais, conforme descrição postada na seção seguinte desta pesquisa.

Assim, as preferências dos agentes decorrentes do mercado eleitoral enfatizado no modelo Schumpeter/Dahl discutido por Miguel (2005), a rigor, aludem que os atores escolhem os líderes mediante sua subordinação ao discurso dos grupos políticos manifestos no governo. Em outras palavras, Schumpeter (1961) argumenta que tais lideranças podem exercer influências sobre o eleitorado não captadas pela relação direta e explícita do PBF e os votos dos agentes no contexto eleitoral.

O significado do antes exposto, categoricamente, perpassa pela tentativa de esmiuçar que o impacto econômico provocado pelo PBF, a rigor, não se resume aos aspectos das transferências de renda; ao contrário, o ambiente democrático repousante sobre uma região bastante assimétrica economicamente possui representativos traços políticos enquanto prerrogativas de explicação da dinamicidade espacial.

De fato, este estudo tenta aferir quão fortes são os vestígios políticos manifestos no mercado eleitoral na perspectiva democrática, particularmente na região nordestina, podendo influenciar o ritmo da atividade econômica, comparativamente ao peso relativo das transferências sociais presentes no PBF enquanto um mero contingente de recursos, denotando ser relevante relacioná-los quantitativamente por meio do modelo de regressão quantílica para dados em painel, conforme Marioni et al. (2016).

2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção pretende discorrer sobre os procedimentos metodológicos principais a este estudo, o qual sintetiza traços importantes acerca das variáveis a serem consideradas, o relacionamento entre ambas e a forma de mensuração econométrica. Logo, o artigo procura realizar uma investigação exploratória, admitindo uma revisitação de fundamentos teóricos e empíricos advindos da literatura, bem como a utilização de amostragem passível de medição pelo método de regressão quantílica para o painel de dados.

Nesse sentido, o PIB *per capita* deve responder às variações no volume do Bolsa Família por habitante, além da aceitação de fatores políticos enquanto *proxys* capazes de fornecer importantes influências na dinâmica econômica de entes federativos municipais nordestinos, explicitamente assimétricos, de acordo com premissas descritas nos trabalhos de Silva (2009), Silva et al. (2011) e Luna et al. (2017).

De maneira mais particular, é relevante asseverar que a primeira variável de orientação política perpassa pela taxa da quantidade de Votos do Prefeito Eleito diante dos agentes presentes no pleito eleitoral (VPE), isto é, a proporção mencionada procura captar se a escolha do gestor municipal pode afetar com maior ou menor ênfase o impacto econômico localmente, em compatibilidade ao modelo concorrencial eleitoral preconizado por Schumpeter (1961).

Assim, a explicação metodológica se dá em virtude de os líderes ou grupos políticos preferidos para o exercício do poder corresponderem ao gosto dos votantes, ao menos momentaneamente, no período das eleições municipais, sinalizando ser premente indicar o perfil das escolhas políticas consoantes às diferentes teorias do voto preconizadas pela abordagem da vertente da escolha pública descrita por Borsani (2004).

Acrescente-se a isso, na verdade, a proposição da variável das Coligações Partidárias do Prefeito Eleito (CPPE), em que se assume haver uma *dummy* enquanto variável de qualificação ao modelo aqui proposto, quer dizer, admite-se assumir 1 para o gestor municipal eleito ser da mesma coligação ou partido do governador estadual e 0 para o caso contrário, conformando o conjunto de variáveis a este estudo.

Nesse sentido, Bachrach e Baratz (2011), dentre outros aspectos, possibilitam recuperar a ideia do poder de agenda, em que tal premissa teórica revela quão é significativo haver uma ligação política partidária entre o gestor municipal e a administração estadual, pois a agenda mais convergente tende a ocorrer com agremiações partidárias ideologicamente mais próximas presentes no poder nas distintas instâncias governamentais em uma Federação, esmiuçando a construção da variável *dummy* CPPE.

Some-se a tais apontamentos, via de regra, a estratificação municipal nordestina em quantis, haja vista, peculiarmente, o fato de os entes mencionados serem bastante assimétricos nas perspectivas populacional e econômica, sendo plausível para o modelo de regressão quantílica para dados em painel proceder de semelhante modo, em atendimento aos testes empíricos já realizados nos trabalhos de Marioni et al. (2016) e Ferreira e Silva (2017).

Após os aspectos precedentes, torna-se preponderante descrever em maiores detalhes o método econométrico a este estudo, cuja preocupação perpassa pela consideração do modelo de painel de dados com regressões quantílicas, constituindo um trio de quantis para agrupar os entes municipais e reduzir a heterogeneidade das unidades examinadas da ordem de 0.25, 0.50 e 0.75, cuja expectativa é captar de forma mais contundente os resultados a este estudo.

O modelo de regressão quantílica, por sua vez, torna as evidências da análise tendencialmente mais robustas, tendo em vista, provavelmente, que o instrumento considerado utiliza a mediana condicional como medida de tendência central, tornando a estimação com maior consistência em relação aos *outliers*, o que não ocorre nos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), em que há apenas uma reta em torno da média.

A regressão quantílica para dados em painel, especialmente, é discutida por Marioni et al. (2016). No entanto, inicialmente há, conforme a literatura apontada pelos autores supracitados, a dificuldade de se estimar um grande número de efeitos fixos nos quantis e considerar os problemas de parâmetros incidentais quando T é reduzido.

Posteriormente, introduz-se o estimador Quantile Regression for Panel Data (QRPD), que evita tais preocupações e as estimativas são consistentes quando T é pequeno, até mesmo se $T = 2$. Além disso, permite condicionar os efeitos fixos para propósitos de identificação e mantém a propriedade dos distúrbios não separados dos modelos de regressão quantílica, ao contrário daquele com efeitos fixos aditivos. O QRPD permite que os parâmetros sejam interpretados da mesma forma que as estimativas de regressão quantílica em *cross-section*.

Os aspectos precedentes apontados por Marioni et al. (2016), via de regra, possibilitam destacar o seguinte modelo:

$$Y_{it} = X_{it}'\beta U_{it}^* \quad U_{it}^* \sim U \quad (1)$$

onde $X_{it}'\beta$ é estritamente crescente em τ , e U_{it}^* é a propensão ao resultado, ou seja, é uma função dos efeitos fixos individuais e do termo de erro. Empiricamente, o modelo deve ser especificado da seguinte forma:

$$PIBpercapita_{it} = \beta_1(\tau) + \beta_2(\tau)Volumepercapita_{it} + \beta_3(\tau)provotos_{it} + \beta_2(\tau)partido_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que *PIBpercapita* é o PIB *per capita* dos municípios nordestinos, *Volumepercapita* é o volume *per capita* de recursos do Bolsa Família destinados ao município *i* no período *t*, *provotos* representa a proporção de votos obtido pelo prefeito eleito sobre o número de eleitores aptos a votar no município *i* no período *t* e *partido* é uma *dummy*, sendo 1 caso o prefeito eleito seja da coligação ou partido do governador, 0 caso contrário.

De fato, os dados utilizados neste artigo correspondem a 1.784 dos 1.794 municípios localizados na Região Nordeste, sendo desconsiderados dez entes municipais, que são removidos pela ausência de algum dado. As informações são coletadas em três fontes:

A) Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) – coletados o PIB e a população estimada dos municípios;

B) Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – coletados o número de eleitores aptos a votar e o número de votos do prefeito eleito, além da filiação partidária do gestor municipal em compatibilidade com o governador estadual;

C) Portal Brasileiro de Dados Aberto (PBDA) – coletado o volume do Bolsa Família por município.

Finalmente, os anos da análise correspondem aos cortes 2004, 2008, 2012 e 2016, os quais estão ligados ao último ano das gestões municipais no Brasil, delimitando o escopo temporal da pesquisa, constituindo a estrutura metodológica do artigo enquanto variáveis a serem relacionadas nos períodos mencionados, cujos resultados devem ser discutidos na sequência.

3

COMPORTAMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL NORDESTINO DIANTE DO BOLSA FAMÍLIA E ASPECTOS POLÍTICOS

Esta seção pretende tecer alguns comentários relevantes no sentido de discutir os resultados obtidos por meio do modelo de regressão quantílica para

painel de dados, demonstrando quão significativamente as variáveis independentes exercem influências sobre o comportamento do PIB *per capita* em termos da relação econométrica aqui estabelecida.

Antes, porém, faz-se necessário evidenciar como o PIB e o PBF, tomados *per capita*, e o VPE variam ao longo dos quadriênios selecionados. Em outras palavras, na Tabela 1 é importante utilizar estatísticas descritivas para mensurar acréscimos ou decréscimos distribuídos pelos quantis quanto ao comportamento das variáveis do artigo, fornecendo uma percepção prévia daquilo que se reserva à adoção do método econométrico anteriormente apontado.

Tabela 1

Variabilidade do PIB, PBF e VPE entre os anos 2004, 2008, 2012 e 2016 (em percentuais)

PIB <i>per capita</i>	0.25	0.50	0.75
2008/2004	59,07	56,12	53,98
2012/2008	52,04	50,90	53,32
2016/2012	46,62	42,48	40,05
PBF <i>per capita</i>			
2008/2004	88,09	53,33	34,35
2012/2008	185,44	186,35	188,32
2016/2012	23,52	37,77	54,48
VPE			
2008/2004	1,39	0,74	1,88
2012/2008	-0,39	-0,74	-1,51
2016/2012	-0,00	0,86	-0,17

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sidra/TSE/PBDA (2019).

A partir do exposto na Tabela 1, torna-se relevante considerar que a economia municipal nordestina cresce por habitante, em média, iniciando pelo quantil 0.25 e se estendendo até 0.75, em torno de 52,58%, 49,83% e 49,12%, aproximadamente, esmiuçando que os entes economicamente menores ex-

pandem mais seus ritmos de atividade produtiva comparativamente àqueles mais representativos do ponto de vista do PIB *per capita*.

Já em relação ao Bolsa Família, o volume dessa transferência intergovernamental aos agentes privados nordestinos, por grupo de municípios, aumenta na média da ordem de 99,02%, 92,48% e 92,38%, respectivamente, do quantil menor ao mais elevado, demonstrando que as áreas menos dinâmicas demandam com maior ênfase o recurso transferido mencionado, sendo, provavelmente, um dos fatores de significativo impacto ao crescimento médio anteriormente assinalado.

Finalmente, o VPE exprime uma variação média bastante oscilante, isto é, o quantil 0.25 se constata apenas de 2004 para 2008 e os períodos subsequentes são bastante instáveis; o quantil 0.50 mostra um incremento de 2012 a 2016, em que os cortes anteriores revelam uma elevação seguida da queda em igual magnitude; enfim, o quantil 0.75 expressa redução contínua decorrente de um aumento, denotando haver nas preferências do eleitorado comportamentos difusos no Nordeste brasileiro.

Tabela 2

Evidências sobre a dinâmica econômica municipal nordestina para os anos 2004, 2008, 2012 e 2016

Variáveis	0.25	0.50	0.75
Constante	3.1425*** (21.28450)	5.5932*** (22.85236)	8.4230*** (28.87170)
PBF <i>per capita</i>	1.6973e-04*** (12.24534)	1.6127e-04*** (5.71034)	2.0538e-08*** (6.46532)
VPE	0.05464 (0.21269)	-0.98523** (-2.30601)	-1.63123*** (-3.31199)
CPPE	-0.29419*** (-3.60925)	-0.48901*** (-4.55693)	-0.09509 (-0.73551)

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Sidra/TSE/PBDA (2019).
Notas: (i) T valor em parentes; *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1;

De posse dos resultados da Tabela 2, torna-se importante tecer considerações acerca do impacto do Bolsa Família por habitante diante do PIB *per capita*, reservando ao segundo momento assinalar o exame das reverberações políticas repousantes na economia municipal nordestina, estruturando tal discussão pelo espectro econômico e, posteriormente, político, atendendo ao esperado no estudo.

Nessas circunstâncias, o PBF *per capita* exerce sobre o PIB por habitante nos municípios do Nordeste brasileiro impactos positivos em cada quantil, em que o aumento de 1,00 real no Bolsa Família produz incrementos de 1,70, 1,61 e 2,05 reais, aproximadamente, nos cortes municipais daqueles entes economicamente pequenos até alcançar as esferas governamentais com pujança econômica mais representativa, denotando haver reverberações importantes do PBF *per capita* na dinamização das economias municipais nordestinas.

Assim, Moraes e Machado (2017) e Rocha et al. (2018) possibilitam aferir que o PBF tende a implicar positivamente a dinâmica econômica de qualquer porção espacial, conforme se atestam nos resultados do modelo de regressão quantílica para o painel de dados, cuja percepção denota ocorrer em termos empíricos repercussões favoráveis nos entes federativos municipais nordestinos ao longo dos cortes temporais analisados.

Do ponto de vista do trio de quantis observados, aquele com municípios economicamente mais representativos exhibe impacto do PBF com maior significância, demonstrando haver uma situação na qual entes municipais apontados como detentores de padrões de renda agregada acentuada ampliam efeitos ciclicamente plausíveis, em concordância com Bresser-Pereira (2003), Barbosa (2015) e Nassif (2015).

De fato, os autores supracitados sustentam na análise econômica, via de regra, que um incremento na renda em circulação mediante expansão dos gastos públicos decorrentes das transferências governamentais aos agentes privados, na verdade, atua como política fiscal ativista capaz de favorecer o aumento do consumo populacional de qualquer área, sublinhando um ciclo virtuoso regionalmente no Nordeste brasileiro, semelhante aos testes empíricos de Silva et al. (2011) e Luna et al. (2017).

Com efeito, Ávila (2013) permite assumir, especificamente, que o Bolsa Família traduz nuances capazes de revelar minúcias não tão aparentes, isto é, o quantil mais elevado apresentando impacto de maior contundência, na verdade, preconiza aferir uma relevância da transferência social capaz de descrever traços espaciais bastante assimétricos na perspectiva de Araújo (2017), ou

seja, os municípios economicamente mais robustos reúnem grandes parcelas populacionais de baixa renda, sendo o PBF significativo à dinamização dessas economias nordestinas.

Ressalte-se, no entanto, que Fraser (2009) discute as influências do neoliberalismo sobre o mercado de trabalho, especialmente na perspectiva de gênero, demonstrando que a visão igualitária enquanto ideologia legítima vem perdendo vigor, notadamente no contexto do último quartel do século XX até a atualidade, cujos empregos assimétricos em termos de gênero recaem naquelas classes ou grupos envolvidos, provavelmente, como beneficiários do PBF e acrescentadores do consumo agregado nas áreas mais dinâmicas economicamente.

Já o VPE assinala que os quantis observados revelam repercussões distintas sobre o ritmo da atividade econômica em termos do PIB *per capita*, isto é, o quantil 0.25 demonstra impacto positivo e os demais, negativos, em que o aumento unitário do voto pelos eleitores do prefeito eleito provoca variações no produto da economia municipal nordestina em torno de 0,05, 0,98 e 1,63 reais, aproximadamente, conformando uma queda nos últimos quantis e uma suave expansão no grupo de entes menores economicamente.

Entretanto, do ponto de vista estatístico, o quantil 0.25 não demonstra significância e, conseqüentemente, aquela perspectiva de impacto positivo do VPE perde poder explicativo, acentuando o fato de que as escolhas dos agentes enquanto preferências por um determinado gestor municipal, na verdade, não influenciam o ritmo da economia local, sendo plausível admitir, tão somente, a ocorrência desfavorável da relação da opção do mercado eleitoral, na leitura de Schumpeter (1961), e o PIB *per capita*.

Para tanto, Gomes e Mac Dowell (2000) mostram que, após a Constituição Federal de 1988, via de regra, uma quantidade representativa de municípios é criada e, conseqüentemente, a fragilidade econômica no sentido da dependência flagrante fiscal dos mencionados entes se expressa visivelmente, denotando o surgimento de instâncias governamentais locais decorrentes de articulações políticas, explicando com determinada robustez as razões pelas quais pequenos municípios geram resultados compatíveis ao apresentado pelo modelo aqui considerado.

O significado disso, a rigor, preconiza perceber que, quanto menor for o ente municipal, os efeitos negativos tendem a diminuir em termos da influência do colégio de votantes sobre a atividade econômica, pois, com uma população mais reduzida, categoricamente, a alocação da mão de obra se dá menos

conflituosamente no sentido da concorrência do mercado de trabalho e, provavelmente, a absorção dos agentes enquanto trabalhadores deve perpassar pelo aumento do funcionalismo público.

Assim, Silva (2009) permite resgatar, pelo menos tendencialmente, a compreensão de que há uma produtividade marginal decrescente do funcionalismo público, quer dizer, à medida que os entes municipais gravitam entre os quantis antes observados, na verdade, ocorre uma relativa queda na produtividade econômica local, daí o comportamento do PIB por habitante ser descrito diante do VPE da forma obtida pelo modelo aqui admitido.

Finalmente, quando se analisa o impacto do CPPE em relação ao PIB *per capita*, é importante mencionar que se aponta uma qualificação via *dummy*, em que o gestor municipal, caso seja filiado ao partido ou coligação do governador estadual, assume 1 e 0 para o caso contrário. Os resultados mostram que o quantil 0.75 não apresenta significância estatística, reservando aos demais quantis um significado crescente de 0.25 para 0.50, cujo grupo de entes intermediários denota uma influência da variável enfatizada mais expressiva perante o ritmo das economias locais.

Destaque-se, especificamente, que os municípios economicamente pequenos e medianos revelam queda no PIB *per capita* quando há uma coligação partidária do gestor local com o estadual, demonstrando que as articulações políticas, na verdade, trazem repercussões implausíveis ao fluxo natural da economia de mercado. Dito de outro modo, a intervenção dos aspectos políticos na economia gera resultados negativos, admitindo os achados desta pesquisa e as deferências teóricas.

Reforçando tal comentário, Bobbio (1986) permite asseverar, ao menos na compreensão da enfatizada perspectiva democrática, que é fundamental a conservação das liberdades individuais, cujos corolários persuasivos das lideranças repousantes sobre as massas não acentuam nuances pertinentes em termos dos ganhos econômicos, e sim, provavelmente, os vestígios políticos partidários ligados sublinham piora nas atividades produtivas locais no Nordeste.

Ao resgatar Lopreato (2007) e Bachrach e Baratz (2011), faz-se necessário mencionar que o chamado poder de agenda, tão significativo para uma gestão pública, a rigor, não representa maiores reverberações na perspectiva dos ganhos econômicos mensurados no PIB *per capita*, pois os resultados do CPPE negativos sinalizam, peculiarmente, uma agenda municipal incompatível com as articulações com o governo estadual, demonstrando uma pauta de pretensões não pertinentes para o conjunto dos entes aqui analisados.

Assim, torna-se cabível ressaltar que na discussão apontada no estudo, o que fica claro decorre da presença política mensurada nas variáveis VPE e CPPE com inconsistências importantes, isto é, ambas as percepções provenientes de um ambiente institucional democrático não acentuam impactos econômicos capazes de elevar os níveis de renda e consumo, mostrando uma tendencial ineficiência do setor público não na aplicação dos recursos, e sim nas articulações políticas bastante implausíveis, denotando ser a marca mais flagrante deste artigo e permitindo a aceitação da hipótese da pesquisa nestas páginas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe como objetivo analisar o comportamento da dinâmica econômica municipal na Região Nordeste brasileira manifesta no PIB *per capita* em relação ao PBF por habitante, VPE e CPPE, nos anos 2004, 2008, 2012 e 2016, demonstrando determinados traços sintomáticos no transcurso desta pesquisa.

De fato, evidenciou-se que o Bolsa Família produziu efeitos plausíveis sobre o ritmo da atividade econômica nos diferentes grupos municipais nordestinos, resguardando para aqueles mais representativos economicamente incrementos na renda agregada mais significativos. Provavelmente, esse aspecto indicou um choque no consumo das famílias postadas na periferia das maiores áreas e, paralelamente, impactos sobre o próprio mercado de trabalho.

Nessas circunstâncias, uma extrapolação do escopo do artigo foi decorrente da elevação das exigências da oferta de trabalho na perspectiva de demandar salários mais altos e a redução dos subempregos tendencialmente, explicitando razões pelas quais houve readequações em termos de o incremento no PIB *per capita* do quantil 0.75 ter sido maior e, conseqüentemente, havendo mudanças relevantes após o ingresso do Programa Bolsa Família.

Já as variáveis políticas demonstraram nuances implausíveis em relação ao ritmo da atividade econômica municipal nordestina, quer dizer, a taxa de Votos do Prefeito Eleito somente apresentou repercussões positivas quando não houve significância estatística, reservando aos quantis significativos impactos negativos, cuja explicação perpassou pelas articulações políticas tão desfavoráveis no sentido da obtenção de eficiência no serviço público, possivelmente, funcionários públicos destacadamente menos hábeis, conforme a aceitação do conceito de produtividade marginal decrescente do funcionalismo.

Além disso, o fato de as alianças políticas partidárias com o governador estadual, semelhantemente, não proporcionarem influências pertinentes sobre o PIB *per capita* municipal nordestino; ao contrário, foi observada redução de produtividade econômica. Supostamente, as razões deveriam convergir ao constatado com a ideia do VPE, acentuando nuances ineficientes economicamente provenientes da esfera política no ambiente democrático.

Com efeito, o modelo teórico democrático procedente do liberal-pluralismo, na verdade, sinalizou que as lideranças municipais nordestinas não produziram traços plausíveis economicamente, politicamente e socialmente, pois a relação observada apontou piora ao admitir as variáveis políticas, cuja peculiaridade, provavelmente, assinalou problemas na forma de articulação política, sempre presa aos interesses de pequenos grupos, resguardando para os atores sociais reduzidas parcelas de um produto social firmado na desigualdade exacerbada entre líderes e massas.

Portanto, a aceitação da hipótese do artigo, via de regra, preconizou inúmeras possibilidades para futuros trabalhos, a exemplo da ampliação de variáveis econômicas relacionadas com aquelas de natureza política, expansão do conjunto de municípios e a consideração da série temporal completa das gestões municipais examinadas, perfazendo traços não admitidos na pesquisa e que se revestiriam de minúcias pertinentes não discutidas na investigação agora finalizada.

ECONOMIC DYNAMICS IN NORTHEASTERN MUNICIPALITIES AND THE DEMOCRATIC CONTEXT: AN ANALYSIS FROM THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM AND THE ELECTORAL MARKET

Abstract

This article aimed to analyze the behavior of the northeastern municipal economic dynamics explained in the Gross Domestic Product (GDP) in relation to the volume of the Bolsa Família Program (PBF) destined for each entity, the proportion obtained from the Votes by the Mayor Elected (VPE) in the face of the set of voters participating in the election on the spot and the Mayor-Elect Party

Coalition (CPPE) established or not with the state governor, based on per capita variables, in the period of 2004, 2008, 2012 and 2016. Methodologically, it was used to measurement of research results the quantile regression model for panel data. The results showed that GDP responded positively to PBF and negatively in most countries. municipalities to the VPE and CPPE did not bring favorable impacts on the northeastern municipal economy.

Keywords: Economic dynamics; Bolsa Família; electoral market; northeastern municipalitie; Quantile Regressions.

Referências

Araújo, J. B. de. (2017). *Mercado de trabalho e desigualdades: o Nordeste brasileiro nos anos 2000*. Tese de doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Ávila, M. P. O. (2013). *Bolsa Família e a pobreza no Brasil: detalhes que fazem a diferença*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Bachrach, P., & Baratz, M. S. (2011). Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política*, 19(40), 149-157.

Barbosa, N., Filho (2015). O desafio macroeconômico de 2015-2018. *Revista de Economia Política*, 35(3), 403-425.

Bobbio, N. (1986). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra.

Borsani, H. (2004). Relações entre economia e política: teoria da escolha pública. In P. R. Arvate, & C. Biderman (Orgs.). *Economia do setor público no Brasil* (pp. 103-125). Rio de Janeiro: Elsevier.

Bresser-Pereira, L. C. (2003). Macroeconomia do Brasil Pós-1994. *Análise Econômica*, 21 (40), 7-38.

Castelo Branco, P. H. V. B. (2016). Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. *Lua Nova*, 99, 47-77.

Dahl, R. A. (2005). Democratização e oposição pública. In R. A. Dahl. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.

Ferreira, F. D. da S., & Silva, W. G. (2017). Comportamento da receita corrente líquida per capita dos municípios do Norte e Nordeste do Brasil no período de 2002 a 2011: uma análise em dados em painel. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, 9, 10-25.

Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 11-33.

Gomes, G. M., & Mac Dowell, M. C. (2000). *Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social*. (Texto para discussão, Nº 706). Brasília, DF: IPEA.

Lopreato, F. L. C. (2007). *A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento* (Texto para discussão, Nº 131). Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

Luna, T. B. de., Silva, W. G., & Silva, L. A., Filho (2017). Despesas municipais nordestinas: uma análise empírica a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). *Revista Econômica do Nordeste*, 48(2), 101-110.

Marioni, L. da S. et al. (2016). Uma aplicação de regressões quantílicas para dados em painel do PIB e do Pronaf. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(2), 221-242.

Miguel, L. F. (2005). Teoria democrática atual: um esboço de mapeamento. *BIB*, 59, 5-42.

Mills, C. W. (1981). *A elite do poder* (4 ed.). São Paulo: Zahar.

Moraes, V. D. de., & Machado, C. V. (2017). O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. *Revista Saúde e Debate*, 41(n. Especial 3), 129-143.

Nassif, A. (2015). As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. *Revista de Economia Política*, 35(3), 426-443.

Rocha, M. A., Mattos, L. B. de, & Coelho, A. B. (2018). Influência do Programa Bolsa Família na alocação de recursos: uma análise considerando a presença de mulheres no domicílio. *Revista Economia e Sociedade*, 27(3), 997-1028.

Schumpeter, J. A. (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Silva, L. A., Filho *et al.* (2011). Considerações sobre receitas municipais em estados do Nordeste: comparação entre Bahia, Ceará e Piauí 2007. *Revista Econômica do Nordeste*, 42(2), 409-424.

Silva, W. G. (2009). *Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira: uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)*. 2009. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.